

Saúde Mental de Pessoas Recém-Formadas e Desempregadas: a Interseccionalidade como Perspectiva Analítica

Bruna Elaine Araújo da Silva¹, Marina Cardoso de Oliveira²

¹ <https://orcid.org/0009-0009-7910-5721> / Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Brasil

² <https://orcid.org/0000-0002-8715-2853> / Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Brasil

Resumo

Saúde mental e desemprego são vivências produzidas a partir da interconexão de diferentes marcadores sociais. Esse trabalho analisou indicadores protetivos e de risco à saúde mental de pessoas recém-formadas e desempregadas considerando a interseccionalidade de gênero, raça e renda. Participaram da pesquisa 148 pessoas recém-formadas e desempregadas, organizadas em oito grupos interseccionados, a maioria pertencente ao grupo de mulheres brancas de baixa renda. Em conjunto, os indicadores sugerem uma boa condição de saúde mental das pessoas. Recém-formadas pretas/pardas e recém-formados brancos de baixa renda tiveram os melhores indicadores na resiliência e autoestima, respectivamente. Em relação aos fatores de risco, índices de depressão e estresse foram maiores nos grupos recém-formadas e de recém-formados pretos/pardos de renda média, e os sintomas de ansiedade foi maior no grupo de recém-formadas brancas de baixa renda. Os resultados são discutidos tendo a interseccionalidade como perspectiva analítica.

Palavras-chave: saúde mental, desemprego, interseccionalidade, recém-formados.

Mental Health of Recently Graduated Unemployed People: Intersectionality as an Analytical Perspective

Abstract

Mental health and unemployment are experiences based on the interconnection of different social determinants. This study analyzed protective and risk indicators for the mental health of unemployed people who recently graduated considering the intersectionality of gender, race, and income. The study involved 148 recently graduated unemployed people organized into eight interconnected groups, and most participants belonged to the group of low-income white women. Taken together, the mental health indicators suggest good mental health conditions. Black/brown women and white men with low-incomes had the best indicators for resilience and self-esteem, respectively. With regard to risk factors, depression and stress scores were higher in the middle-income black/brown recent graduate groups, and anxiety symptoms were higher in the low-income white group. The results are discussed using intersectionality as an analytical perspective.

Keywords: mental health, unemployment, intersectionality, recent graduates.

Salud Mental de Personas Recién Graduadas y Desempleadas: la Interseccionalidad como Perspectiva Analítica

Resumen

La salud mental y el desempleo son experiencias producidas a partir de la interconexión de diferentes marcadores sociales. Este estudio analizó indicadores de protección y riesgo para la salud mental de personas recién graduadas y desempleadas teniendo en cuenta la interseccionalidad de género, raza y renta. Participaron en la investigación 148 recién graduadas y desempleadas, organizadas en ocho grupos interseccionales, la mayoría pertenecen a mujeres blancas de baja renta. En conjunto, los indicadores sugieren una buena condición de salud mental. Las recién graduadas negras/ pardas y los blancos con bajos ingresos obtuvieron los mejores indicadores de resiliencia y autoestima, respectivamente. En cuanto a los factores de riesgo, las puntuaciones de depresión y estrés fueron más altas en los grupos de negros/pardos con ingresos medios, y los síntomas de ansiedad fueron más altos en el grupo de las blancas con ingresos bajos. Los resultados se discuten utilizando la interseccionalidad como perspectiva analítica.

Palabras clave: salud mental, desempleo, interseccionalidad, recién graduados.

No mundo capitalista, trabalhar é, para a maioria das pessoas, uma necessidade e não uma escolha (Severo, 2021). Formas cada vez mais precárias de trabalho expõe os corpos de quem depende do trabalho para sobreviver a diferentes mecanismos de exploração e servidão, bem como a constante ameaça de desemprego (Máximo, 2021). Na contemporaneidade, a disponibilidade para trabalhar da população economicamente ativa tem esbarrado na distribuição das oportunidades no mercado de trabalho. Tudo isso traz sofrimento e mal-estar para quem precisa, mas não consegue trabalhar.

O desemprego tem sido definido, de forma genérica, como *falta ou ausência de trabalho, em situações em que há procura de oportunidades e disponibilidade para trabalhar* (Schmidt et al., 2018). Contudo, no sistema capitalista moderno, as ofertas de trabalho são regidas pelas leis de mercado, e, nesse contexto, o trabalho se transforma em mercadoria e troca pecuniária, enquanto o corpo de quem trabalha é atravessado cotidianamente pelo medo de não conseguir trabalhar ou de perder o emprego. Por outro lado, quem está desempregado, na informalidade ou em atividades de cuidado não remuneradas, é colocado(a) à margem da sociedade, tornando-se corpos subalternizados e invisíveis (Severo, 2021).

Podemos argumentar que o desemprego estrutural enquanto característica permanente do mercado de trabalho é um efeito perverso do modo de produção capitalista, pois impossibilita o acesso da classe trabalhadora a condições básicas de dignidade e sobrevivência, o que coloca em risco a saúde mental de quem depende do trabalho para sobreviver. Em relatório apresentado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o desemprego figura entre os determinantes estruturais com potencial para afetar a condição de saúde mental das pessoas (OMS, 2022).

Vale destacar que as sucessivas crises econômicas e políticas vivenciadas nos últimos dez anos e os efeitos da pandemia causada pelo vírus COVID-19 impactaram negativamente o mercado de trabalho e a saúde mental das pessoas. Somado a isso, a revolução tecnológica e a crise climática têm contribuído para a escassez de oportunidades de trabalho e para a realocação das vagas existentes (Battilana, 2021). Todos esses fatores estruturais geram algum tipo de sofrimento social e mental.

Para compreender e promover saúde mental é importante considerar a dinâmica do fenômeno, os seus múltiplos determinantes e a interação de fatores protetivos e de risco; que variam considerando diferentes marcadores sociais e identitários como raça, gênero, classe social, escolaridade, fase da vida, situação financeira, entre outros (OMS, 2022). Considera-se *fatores protetivos* aqueles que aumentam a probabilidade de os sujeitos lidarem melhor com situações que prejudicam sua saúde. Em contraponto, os *fatores de risco* são aqueles que elevam a probabilidade de adoecimentos emocionais, físicos ou sociais (Cassarino-Perez et al., 2020).

No contexto brasileiro, verifica-se o interesse em estudar a saúde mental de quem vivencia uma situação de desemprego (Nascimento et al., 2022; Schmidt et al., 2018;). Contudo, existe demanda para investigar saúde mental de pessoas recém-formadas e desempregadas, sobretudo durante a transição da universidade para o mercado de trabalho, devido à escassez de publicações acadêmicas sobre o tema (Magalhães & Gomes, 2018; Pinheiro, 2008).

Até o século passado, a entrada na universidade significava certa garantia de trabalho. Porém, atualmente, a inserção profissional após a graduação nem sempre acontece como consequência natural do processo formativo, colocando

essa população, composta majoritariamente por jovens, em situação de vulnerabilidade (Peixoto et al., 2020). Por um lado, quem concluiu o ensino superior tem menores chances de ficar sem trabalho, comparado com pessoas de menor escolaridade (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2023). Por outro lado, com a retração do mercado de trabalho brasileiro, cresce o número de profissionais recém-graduados desempregados ou que aceitam trabalhar em funções que não exigem formação superior e paga menos (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], 2019).

O medo de concluir o ensino superior e não conseguir trabalhar na área de formação é um sentimento característico durante a transição da universidade para o trabalho (Oliveira et al., 2021). Contudo, a insegurança das transições do sistema educacional para o mercado de trabalho se torna um problema quando quem conclui um curso superior engrossa as estatísticas das juventudes “nem-nem”; ou seja, que nem estudam e nem trabalham (DIEESE, 2019; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2020). O desemprego nessa fase da vida apresenta potencial para afetar as trajetórias profissionais e a saúde mental das juventudes. Vale dizer que os corpos que mais sofrem com a condição “nem-nem” são de mulheres e de pessoas pretas e pobres (E. R. A. Silva & Vaz, 2022).

Em todo o mundo — e particularmente no Brasil — as temáticas de saúde mental e desemprego precisam ser estudadas a partir de perspectivas críticas e politicamente situadas. Deve ser considerada a cultura colonial, racista, machista e elitista que atravessa a sociedade capitalista moderna, tornando injusta a concorrência no mercado de trabalho e desigual o acesso aos direitos à saúde e ao trabalho (Severo, 2021). No Brasil, as heranças coloniais continuam demarcando desigualdades históricas. O discurso da meritocracia e o mito da democracia racial precisam ser problematizados. É preciso reconhecer que pessoas brancas chegam com mais frequência nos lugares de poder econômico e político, não apenas por mérito individual, mas por privilégio de raça (Schucman & Silva, 2022).

A branquitude, enquanto pacto social não verbalizado, se caracteriza por transmitir privilégios materiais e simbólicos para as pessoas que são consideradas brancas, queiram elas ou não. De um lado, têm-se os privilégios para os membros da elite branca e, de outro, as violências estruturais para os(as) herdeiros(as) da escravidão (Bento, 2022). Seguindo essa linha de raciocínio, Barbosa et al. (2022) ilustram como marcadores de gênero, raça e classe se interconectam em nossa sociedade e perpetuam uma dinâmica de poder e marginalização bem específica.

Um exemplo dessa situação é que espaços de poder econômico, político e de liderança são majoritariamente ocupados por homens brancos da elite. Mulheres brancas têm acesso à riqueza, mas não à igualdade de oportunidades para exercer poder político. Homens e mulheres negros(as) e indígenas estão em posições subalternizadas. Já mulheres negras e indígenas estão mais propensas a sofrerem violências e viverem na pobreza. Da mesma maneira, a saúde mental das pessoas está associada às condições de vida e ao entrelaçamento de categorias identitárias, como, por exemplo: raça, gênero, renda, classe social, escolaridade e fase da vida (Gomes et al., 2021).

Por se tratar de uma temática sensível às desigualdades sociais, o estudo da saúde mental de pessoas em situação de desemprego se beneficia da interseccionalidade como perspectiva analítica. A interseccionalidade, enquanto conceito, nasce nas lutas do movimento feminista negro e

pode ser definido como a interconexão de marcadores das desigualdades sociais reunidos num mesmo corpo (R.A. Silva & Menezes, 2020). Quem utiliza a interseccionalidade como critério de análise tem em comum o desejo de entender como múltiplos marcadores das assimetrias sociais — como racismo, sexismo e classismo — relacionam-se entre si no nível da experiência individual e comunitária (Gomes et al., 2021).

Sendo assim, seria oportuno investigar se as condições de saúde mental de pessoas recém-formadas em situação de desemprego variam considerando os entrelaçamentos de gênero, de raça e de perfil de renda. Será que indicadores protetivos de saúde, como resiliência e autoestima; e de risco, como depressão, ansiedade e estresse variam entre recém-formados e recém-formadas desempregados(as) com distintos entrelaçamentos identitários? Buscando responder a essa pergunta, a presente investigação teve como objetivo *analisar indicadores protetivos e de risco à saúde mental de pessoas recém-formadas e desempregadas considerando a interseccionalidade de gênero, de raça e de renda como perspectiva analítica*.

Método

Trata-se de uma investigação de natureza quantitativa com recorte transversal. Essa pesquisa é resultado do trabalho de conclusão de curso da primeira autora e compõe o conjunto de estudos de um projeto de pesquisa maior com foco na construção de carreira de pessoas recém-formadas do ensino superior em situação de desemprego, coordenado pela segunda autora.

Participantes

Foram incluídas na amostra pessoas de nacionalidade brasileira, recém-formadas do ensino superior com até dois anos (24 meses) de conclusão da graduação. Pessoas com diversos entrelaçamentos de gênero, de raça e de renda, que, no momento da pesquisa, se autodeclararam desempregadas, estavam aptas a colaborar. Nesse estudo, a pessoa recém-formada foi definida como aquela com até dois anos de conclusão do curso, inspirando-se no limite de tempo utilizado por empresas que possuem programas específicos para contratar pessoas recém-graduadas do ensino superior.

Instrumentos

Para a coleta dos dados identitários e do perfil de renda, foi elaborado um questionário com questões de múltipla escolha. A coleta de dados foi realizada via formulário Google Forms, fornecido por link único, que direcionava para o caderno de pesquisa. Para avaliar os fatores protetivos de saúde mental, foram aplicadas duas escalas: (1) a Escala Breve de Resiliência de Smith et al. (2008), validada no Brasil por Barroso (2021); e (2) a Escala de Autoestima desenvolvida por Rosenberg (1989), adaptada para o contexto brasileiro por Hutz (2002) e revalidada por Hutz e Zanon (2011).

A Escala Breve de Resiliência avalia a capacidade do sujeito para enfrentar e se recuperar de situações estressantes de forma rápida e completa. A escala contém seis afirmativas, avaliando a resiliência de forma unidimensional, com régua do tipo likert variando 1 (discordo fortemente) a 5 (concordo fortemente). Os itens 2, 4 e 6 devem ser recodificados antes das análises. A escala categoriza a resiliência em baixa (até 10 pontos), resiliência moderada (11 a 20 pontos) e resiliência

elevada (21 pontos ou mais). O instrumento apresentou ótima consistência interna mensurada pelo Alpha de Cronbach de 0,80.

A Escala de Autoestima avalia os sentimentos e pensamentos sobre si positivos e crença na própria capacidade e sentimento de adequação (Rosenberg, 1965 apud Sbicigo et al., 2010). A escala avalia a autoestima global e possui 10 itens variando na régua tipo likert sendo 1 (discordo totalmente) a 4 (concordo totalmente). Há cinco itens referentes à autoimagem ou autovalor positivos e cinco itens referentes à autoimagem negativa ou autodepreciação que devem ser recodificados na correção; ou seja, quanto maior o escore obtido na escala, maior o nível de autoestima. A escala apresenta consistência interna excelente, com Alpha de Cronbach de 0,90.

Para análise dos fatores de risco à saúde mental, foi utilizada a Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS-21), desenvolvida por Lovibond e Lovibond (1995), traduzida e validada no Brasil por Vignola e Tucci (2014). A subescala de Depressão avalia a baixa autoestima e a perda de interesse em atividades quotidianas e de significados ligados à vida. A subescala de Ansiedade avalia a antecipação de eventos negativos diante de incertezas, em situações potencialmente perigosas ao sujeito. Por fim, a subescala de Estresse avalia as situações que leva o sujeito a um estado de tensão elevado e uma baixa eficácia das estratégias de enfrentamento ao objeto estressor, levando a uma dificuldade em lidar com frustrações (Lovibond & Lovibond, 1995 apud Martins et al., 2019).

A escala DASS-21 é composta por 21 questões, subdividindo-se em três subescalas correspondentes às dimensões: (1) *Depressão* (itens: 3, 5, 10, 13, 16, 17, 21), (2) *Ansiedade* (itens: 2, 4, 7, 9, 15, 19, 20) e (3) *Estresse* (itens: 1, 6, 8, 11, 12, 14, 18). A régua de avaliação é do tipo likert, que varia de 0 (Não se aplicou de maneira alguma) a 3 (Aplicou-se muito, ou na maioria do tempo). Os resultados são mensurados por subescala: quanto mais elevado o escore em cada uma, maiores os indicativos de depressão, de ansiedade e de estresse. A escala apresentou excelente consistência interna, mensuradas por meio do Alpha de Cronbach, de 0,92 para a subescala de Depressão, 0,86 para a subescala de Ansiedade e 0,90 para a subescala de Estresse.

Procedimentos de Coleta de Dados e Cuidados Éticos

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade das pesquisadoras, sob parecer nº 4.060.314, CAAE 26823719.4.0000.5154. Pessoas recém-formadas e desempregadas foram contatadas por conveniência, por meio da divulgação da pesquisa em meios eletrônicos, como por exemplo: e-mail, mídias e redes sociais (Facebook, LinkedIn e Instagram). As pessoas que se enquadraram nos critérios de inclusão da amostra e que decidiram participar da pesquisa fizeram a leitura e concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo devidamente informadas sobre os objetivos e a natureza voluntária da pesquisa. A coleta de dados foi realizada no período de setembro de 2020 a março de 2021, período que coincide com o primeiro ano da pandemia do vírus COVID-19.

Procedimentos de Análise dos Dados

Para a análise dos dados, quem participou da pesquisa foi reclassificado tendo a interseccionalidade de gênero, raça e renda como critério. Utilizando o programa Excel, as 148 pessoas recém-formadas e desempregadas foram redistribuídas

em oito grupos, a partir das possibilidades de entrelaçamento entre os marcadores sociais. Em uma planilha do Excel, a criação de grupos aconteceu pela seleção das pessoas que possuíam as mesmas características de raça (preta/parda e branca), por gênero (feminino e masculino) e por renda (Classe A, B e Classe C, D e E). Os grupos com atravessamentos identitários minoritários foram mantidos nessa amostra. Após o reagrupamento dos participantes nos grupos interseccionados, os dados foram exportados para o programa estatístico *IBM SPSS for Windows* versão 23.

Inicialmente, foram realizadas análises descritivas da amostra geral para conhecer os perfis identitário, racial e de renda e as condições de saúde das pessoas recém-formadas e desempregadas que contribuíram com a pesquisa. Na sequência, foram analisados os índices estatísticos da comparação entre os grupos interseccionados e as médias obtidas nos indicadores protetivos e de risco à saúde mental por meio da análise de variância (ANOVA). Os pressupostos de medida intervalar, de amostragem aleatória e de distribuição normal foram observados com valores aceitáveis para a realização das análises comparativas.

Resultados e Discussão

O estudo analisou indicadores de saúde mental de pessoas recém-formadas do ensino superior em situação de desemprego. A amostra final foi composta por 148 pessoas de nacionalidade brasileira, de todas as regiões do país, residentes majoritariamente no Sudeste ($N = 92$). Os participantes concluíram a graduação em universidades públicas ($N = 64$) e privadas ($N = 84$) em cursos referentes às ciências sociais aplicadas ($N = 46$), às engenharias ($N = 31$), às ciências humanas ($N = 27$) e às ciências da saúde ($N = 24$). Todos os participantes, no momento da pesquisa, estavam desempregadas. A média de idade foi de 27,71 anos ($DP = 6,21$), sendo a maioria das pessoas pertencentes à faixa etária de 22 a 27 anos. O tempo médio de conclusão da graduação foi de 10,95 meses ($DP = 7,68$) e a maior parte estava desempregada no período de um a seis meses ($N = 63$).

As características identitárias, raciais e de renda de quem participou da pesquisa estão descritas na Tabela 1. Na análise desagregada da distribuição geral da amostra foi evidenciado que as pessoas recém-formadas e desempregadas eram, em maioria: mulheres, pessoas de raça branca e de perfil de renda das classes sociais C, D e E.

Tabela 1

Distribuição geral da amostra de acordo com a raça, gênero e renda

Características		N	%
Raça	Branca	88	59,5
	Parda/Preta	60	40,5
Gênero	Feminino	105	70,9
	Masculino	43	29,1
Renda	Classe A - Mais de 15 salários-mínimos	7	4,7
	Classe B - De 5 a 15 salários-mínimos	23	15,5
	Classe C - De 3 a 5 salários-mínimos	44	29,7
	Classe D - De 1 a 3 salários-mínimos	59	39,9
	Classe E - Até 1 salário-mínimo	15	10,1
	Total	148	100

Ao se analisar os marcadores das desigualdades sociais como categorias mutuamente exclusivas, não foi possível

perceber a interconexão de sistemas de opressão que atuam num mesmo corpo. Utilizando o conceito de interseccionalidade, a amostra foi reagrupada, tendo como perspectiva de análise o entrelaçamento dos marcadores sociais de gênero, de raça e de renda. Como resultado, foram constituídos oito grupos interseccionados conforme mostra a Tabela 2.

A partir desse novo reagrupamento, a amostra de pessoas recém-formadas e desempregadas passa a ser majoritariamente composta por mulheres, das raças branca e preta/parda, respectivamente; e de baixa renda (classe C, D e E). É importante destacar que, após concluir o reagrupamento, não se identificou pessoas recém-formadas pretas/pardas com perfil de renda da classe social A. O conceito da interseccionalidade nos ajuda a refletir criticamente sobre essa informação. Ao longo de gerações, o acesso ao ensino superior brasileiro foi restrito apenas às elites brancas, que além de ter espaço garantido no mercado de trabalho, mantinham seu status e prestígio social. Somente nos últimos dez anos, a partir das políticas públicas de acesso ao ensino superior e da promulgação da Lei de Cotas, que há registros que representam indícios de mudanças no perfil de raça e de renda dos(as) egressos(as) da educação superior no país (Dimenstein et al., 2021).

Na amostra interseccionada, a maioria das pessoas recém-formadas e desempregadas era mulher, de raça branca e de baixa renda, seguido pelas mulheres pretas/pardas na mesma condição de renda. Esse perfil de pessoa desempregada é semelhante aos índices nacionais de desemprego, com maiores taxas, acima da média nacional, entre mulheres, pessoas pretas e pardas (DIEESE, 2019; IBGE, 2023; IPEA, 2022). De certo modo, esse resultado reforça a relação entre trabalho e gênero, no contexto de um capitalismo patriarcal, estando os corpos das mulheres em maior risco (Hirata, 2018).

Na sequência, foram analisados os fatores protetivos e de risco à saúde mental para amostra geral e para os grupos interseccionados. Na Tabela 3 são exibidas as médias, a estatística da ANOVA (F) e o valor de significância (Valor p).

Como fatores protetivos, se considerou a resiliência e a autoestima; e como fatores de risco o estresse, a ansiedade e a depressão. Para facilitar a descrição, inicialmente foram apresentados os indicadores descritivos da amostra total; e, posteriormente, os resultados, comparando os oito grupos interseccionados e considerando o entrelaçamento dos marcadores de gênero, raça e renda.

Em relação aos fatores protetivos, as pessoas recém-formadas e desempregadas que participaram da pesquisa obtiveram uma média de 3,24 ($DP = 0,79$) na avaliação da resiliência, revelando um resultado situado ligeiramente acima do ponto médio da escala que varia de 1 a 5. A afirmativa “Eu tenho tendência a me recuperar rapidamente após viver tempos difíceis” apresentou a maior média de ($M = 3,34$, $DP = 1,17$). Já a afirmativa “Eu costumo ter poucos problemas para passar por momentos difíceis” apresentou a menor média, de 2,74 ($DP = 1,15$), o que indica uma resiliência média para lidar com momentos considerados difíceis.

Na avaliação da autoestima, foram constatados resultados ligeiramente superiores ao ponto médio da escala ($M = 2,87$, $DP = 0,62$), que varia de 1 a 4. A afirmativa “Eu acho que eu tenho várias boas qualidades” apresentou a maior média ($M = 3,41$, $DP = 0,66$). O item “No conjunto, eu estou satisfeito comigo mesmo” obteve a menor média ($M = 2,43$, $DP = 0,87$). De modo geral, por meio da análise da autoestima, constatam-se indícios de um nível médio de confiança nas próprias capacidades e na valorização de conquistas pessoais.

Nos resultados sobre os fatores de risco, foram constatados

Tabela 2*Classificação dos grupos interseccionados por gênero, raça e renda*

Grupos	1	2	3	4	5	6	7	8
Renda	Classe C, D e E	Classe C, D e E	Classe B	Classe B	Classe C, D e E	Classe C, D e E	Classe A e B	Classe A e B
Raça	Parda/Preta	Parda/Preta	Parda/Preta	Parda/Preta	Branca	Branca	Branca	Branca
Gênero	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
<i>N</i>	36	18	3	3	53	11	13	11
%	24,3	12,2	2,0	2,0	35,8	7,4	8,8	7,4

Tabela 3*Médias nos fatores protetivos e de risco, ANOVA e teste de significância*

Testes	Resiliência		Autoestima		Depressão		Ansiedade		Estresse	
<i>F</i>	0,60		0,60		0,49		1,35		0,60	
Valor <i>p</i>	0,76		0,76		0,84		0,23		0,76	
Grupos	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Grupo 1 - Mulheres/Pretas e Pardas/ Classe C, D e E	3,41	0,75	2,91	0,52	1,19	0,90	0,85	0,71	1,27	0,85
Grupo 2 - Homens/Pretos e Pardos/ Classe C, D e E	3,26	0,89	2,98	0,70	1,00	0,94	0,67	0,73	1,05	0,86
Grupo 3 - Mulheres/Pretas e Pardas/ Classe B	3,11	1,08	2,57	1,00	1,33	1,15	0,14	0,25	1,29	1,00
Grupo 4 - Homens/Pretos e Pardos/ Classe B	3,17	0,73	3,03	0,31	1,33	0,30	0,67	0,92	1,48	1,05
Grupo 5 - Mulheres/Brancas/ Classe C, D e E	3,21	0,82	2,83	0,65	1,14	0,91	0,98	0,88	1,45	0,88
Grupo 6 - Homens/Brancos/ Classe C, D e E	3,32	0,97	3,07	0,58	0,73	0,86	0,71	0,79	1,13	1,00
Grupo 7 - Mulheres/Brancas/ Classe A e B	2,91	0,67	2,73	0,67	1,20	0,76	0,71	0,79	1,34	0,78
Grupo 8 - Homens/Brancos/ Classe A e B	3,27	0,61	2,73	0,66	0,97	0,81	0,36	0,39	1,12	0,56
<i>M/DP</i> TOTAL	3,24	0,79	2,87	0,62	1,11	0,88	0,80	0,78	1,30	0,85

níveis adequados, segundo a classificação do DASS-21. Isso indica que sintomas de depressão, ansiedade e estresse se manifestaram por um curto período. Em relação aos indicadores de depressão, os(as) recém-formados(as) obtiveram a média de 1,10 ($DP = 0,87$) indicando que, mesmo em situações de angústia e incertezas, conseguem manter uma perspectiva de esperança sobre o futuro. Sobre a ansiedade, nos resultados se verificam menores índices ($M = 0,80$, $DP = 0,78$), o que indica que os participantes tendem a ter foco no presente e no que é possível realizar no momento. Já em se tratando do estresse, a média da amostra foi de 1,30 ($DP = 0,85$), o que sinaliza um estado de tensão baixa e a presença de recursos psicológicos para lidar com frustrações.

Em conjunto, na análise dos fatores protetivos e de risco é sinalizada uma boa condição de saúde mental das pessoas recém-formadas que responderam à pesquisa. Ou seja, mesmo enfrentando a situação de desemprego, apresentaram bons indicadores de resiliência e de autoestima e níveis baixos de ansiedade, de depressão e de estresse. Porém, ao se analisar os indicadores considerando a interseccionalidade como critério, verifica-se que certos corpos demonstraram melhor condição de saúde mental do que outros.

Em relação ao fator protetivo de resiliência, constatou-se que recém-formadas pretas/pardas de baixa renda apresentaram as maiores médias, enquanto as médias menores foram apresentadas pelo grupo de recém-formadas brancas de maior renda. Para discutir esses resultados, é importante problematizar que a resiliência, enquanto fator protetivo da saúde mental, se constrói por meio de situações sociais complexas e dinâmicas que viabilizam enfrentamento, ressignificações e fortalecimento do sujeito. Por sua vez, o fortalecimento dos recursos de resiliência carece de uma rede de apoio social e de cuidado (OMS, 2022).

Analisando-se os níveis de resiliência na perspectiva da

interseccionalidade, e partindo das reflexões apresentadas por Gomes et al. (2021), é possível argumentar que a população negra — especialmente as mulheres — desde muito cedo sofrem as violências do racismo estrutural. Consequentemente, precisam aprender a lidar com: condições de trabalho precárias, fome, desemprego; o que incita essas mulheres a desenvolver recursos de resiliência. Essa situação é diferente nas recém-formadas brancas, que tendem a ter maior poder econômico. Na situação de desemprego após a conclusão da graduação, o grupo das recém-formadas pretas/pardas de baixa renda demonstrou possuir maior capacidade para enfrentar situações estressantes e para se recuperar de forma rápida, sobretudo quando comparadas com as recém-formadas brancas de renda média/alta.

Em relação à autoestima, nos resultados é indicado que (a) a média da autoestima do grupo de recém-formados brancos de baixa renda foi a mais elevada e (b) a média da autoestima das recém-formadas pretas/pardas de renda média (classe B) foi a menor. Em uma sociedade estruturada a partir da dominação masculina (Hirata, 2018) e da branquitude (Bento, 2022), evidências como esta reforçam as assimetrias de poder. O patriarcado e a branquitude, enquanto lugares de privilégios, possibilitam às pessoas brancas — sobretudo homens, mesmo pobres — demonstrarem melhor autoestima na comparação com as mulheres pretas/pardas, inclusive quando estão em melhor condição econômica.

Por outro lado, a menor autoestima das mulheres pretas/pardas de perfil de renda classe média parece refletir um ideário, para além da situação de desemprego, estendendo para uma estrutura social que desprivilegia a mulher negra esteticamente e intelectualmente (J. A. Santos & Miranda, 2021). Numa outra condição, homens brancos, mesmo pobres, estão em condições de privilégios na hierarquia de poder (Bento, 2022). Diante das evidências, por demonstrarem menor autoestima, as mulheres

recém-formadas pretas/pardas em situação de desemprego podem enfrentar maiores dificuldades na procura por trabalho, considerando que vivenciam humor negativo com mais frequência, além de terem aumentadas as chances de depressão e estresse (Hutz & Zanon, 2011).

Em relação aos fatores de risco, os indicadores de depressão foram maiores nos grupos de recém-formados e de recém-formadas pretas/pardas, de perfil de renda média, ambos com a mesma pontuação. O nível mais elevado de sintomas de depressão em pessoas pretas/pardas com perfil de renda média pode ser analisado a partir da interconexão dos marcadores das desigualdades sociais. Historicamente, o lugar social da pessoa negra sempre foi nos lugares com as piores condições de vida e nos empregos mais precarizados e com altas taxas de desemprego (Bento, 2022). Ocupar as universidades e concluir um curso superior é, para a população negra, sobretudo para as mulheres, uma forma de se libertarem da condição de subalternizadas e um meio exequível para se conseguir melhores oportunidades de trabalho, situação financeira satisfatória e ascensão social (J. P. L. Santos & Moreira, 2019). Desse modo, em situações de desemprego, os(as) recém-formados e recém-formadas pretos/pardos de padrão de renda média parecem estar mais propensos(as) a desencadear sintomas depressivos como perda de interesse em atividades cotidianas e de significados ligados à vida. Além disso, pode suscitar medo de não conseguir trabalho e perder o poder econômico e a inclusão social alcançados.

Em relação à ansiedade, os indicadores foram maiores no grupo de recém-formadas brancas de baixa renda do que nos outros grupos. Com a situação de desemprego, as incertezas em relação ao futuro e o sentimento de medo podem se intensificar, especialmente para as recém-formadas brancas de baixa renda. Na contemporaneidade, as mulheres, sobretudo as brancas, são encorajadas a estudar e a trabalhar para garantir sua independência financeira. Contudo, o mercado de trabalho continua marcado pela lógica de divisão sexual do trabalho, que, historicamente, tende a ser desfavorável para as mulheres (Hirata, 2018; Lapa, 2018).

Por fim, os índices de estresse foram maiores entre os recém-formados pretos/pardos de renda média. A vivência do desemprego pode produzir tanto um estado de tensão mais elevado quanto menor eficácia das estratégias de enfrentamento, o que aumenta as dificuldades para lidar com essa situação. O fato de que o grupo de recém-formados pretos/pardos de classe média apresenta níveis mais elevados de estresse pode corroborar as reflexões sobre os efeitos do machismo hegemônico nos homens (Leite & Jesus, 2021). É possível argumentar que homens pretos/pardos de maior poder econômico, ao tentar se adaptar aos dispositivos de gênero legitimados socialmente, são impelidos a dar conta das imposições do papel de provedor financeiro, o que gera sofrimento mental e potenciais transtornos mentais como o estresse.

Após a análise descritiva das médias, foram realizados testes de variância e de significância. Os resultados não indicaram nenhuma diferença estatisticamente significativa entre as médias dos grupos interseccionados (ver Tabela 3). Isso pode ter relação com a pouca variabilidade nos indicadores; que, de modo geral, indicaram uma boa condição de saúde mental das pessoas recém-formadas, em todos os grupos. Sendo a saúde mental e o desemprego temáticas sensíveis às desigualdades sociais, era esperado que as interseccionalidades de gênero, de raça e de renda produzissem diferenças significativas nos fatores protetivos e de risco à saúde. Por outro lado, é possível

argumentar o efeito protetivo da escolaridade na saúde mental (OMS, 2022). Nesse estudo, a educação superior concluída pareceu servir como instrumento de equidade nas condições de saúde mental das pessoas recém-formadas e desempregadas.

Conclusões e Considerações Finais

As estruturas de dominação da sociedade moderna e as leis do mercado de trabalho colocam a classe trabalhadora em constante situação de medo e mal-estar. Se, no passado, estar na universidade era um privilégio da elite branca brasileira e ter um diploma de graduação era uma garantia de emprego; nos últimos dez anos, essa realidade se transformou. De modo positivo, as ações afirmativas têm conseguido diversificar o perfil identitário, racial e de renda de quem ingressa e conclui o ensino superior. Porém, nem sempre a inserção profissional após a graduação acontece como esperado, colocando pessoas recém-graduadas do ensino superior em situação de maior vulnerabilidade ao desemprego e ao sofrimento.

Esse estudo investigou o tema da saúde mental e do desemprego numa amostra de pessoas recém-formadas, considerando a interseccionalidade com perspectiva analítica. Partimos do entendimento que os marcadores das desigualdades sociais devem ser investigados sob a premissa de suas interações. De modo geral, as análises descritivas e comparativas evidenciaram boas condições de saúde mental das pessoas que participaram da pesquisa, seja nos fatores protetivos quanto nos de risco, indicando que possuem recursos psicológicos importantes para enfrentarem o desemprego na transição para o trabalho. Os níveis de resiliência acima da média sinalizam capacidade de recuperação frente aos desafios. A boa autoestima e as baixas manifestações de sintomas de depressão, de ansiedade e de estresse favorecem o enfrentamento da situação de desemprego.

Nessa amostra, por meio das análises estatísticas não se conseguiu evidenciar diferenças significativas entre os grupos interseccionados. Vários motivos podem ter contribuído com esses resultados. A natureza multideterminada da saúde mental e do desemprego e o perfil de escolaridade da amostra podem ter contribuído para a pouca variabilidade nas respostas. Ter a oportunidade de ingressar e concluir um curso superior parece funcionar como fator de proteção da saúde mental de pessoas recém-formadas desempregadas.

Apesar dos resultados da pesquisa sinalizarem uma situação de relativa equidade entre os grupos quanto à saúde mental, essa ideia precisa ser analisada com cuidado; uma vez que, assim como os discursos da meritocracia e da democracia racial, essa ideia pode remeter à falsa ideia de que todos e todas têm as mesmas condições de acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho. A interconexão de gênero, de raça e de renda produz diferentes situações de desigualdade na inserção no mercado de trabalho, em decorrência da estrutura sexista, racista e classista que vivemos.

Nesse estudo, mulheres de baixa renda, brancas e pretas foram a maioria das pessoas recém-formadas e desempregadas. A partir desses resultados, algumas implicações práticas podem ser pensadas. Como, por exemplo, investir em políticas públicas e incentivar programas de gestão de pessoas que garantam oportunidades de trabalho compatíveis com a formação superior para as mulheres recém-formadas de baixa renda, especialmente as pretas/pardas.

Além disso, intervenções de carreira e de promoção da saúde mental se beneficiariam da interseccionalidade como perspectiva analítica. Considerando que o desemprego tem

afetado as pessoas recém-formadas de modos distintos, recomenda-se a oferta de serviços de orientação de carreira na universidade, com estudantes dos últimos anos de graduação, visando ao fortalecimento de recursos psicológicos para enfrentar as principais demandas da transição para o mercado de trabalho com consciência crítica, considerando a interseccionalidade de gênero, de raça e de classe social.

Apesar das contribuições, algumas limitações desse estudo podem ser consideradas. O tamanho da amostra e a sua distribuição podem ter impactado nos resultados, especialmente nas análises de significância, nas quais não se evidenciaram diferenças entre os grupos. Nesse sentido, é necessário assumir que as estatísticas podem ter erros. Por outro lado, por ser uma amostra homogênea de pessoas recém-formadas e desempregadas, os resultados podem ter sido produzidos a partir das características da amostra.

Estudos qualitativos das condições de saúde mental de pessoas desempregadas a partir da interseccionalidade de gênero, de raça e de renda podem ser tema de futuras investigações. Por fim, espera-se que o estudo da saúde mental de pessoas recém-formadas e desempregadas na perspectiva da interseccionalidade contribua para futuras pesquisas e intervenções no campo da psicologia da saúde, do trabalho e da orientação de carreira que facilitem o enfrentamento das situações de desemprego no contexto da transição da universidade para o trabalho.

Referências

- Barbosa, V. N. M., Holanda, R. R., de Sousa Lima, A. A., Moura Júnior, J. F., Negreiros, D. J., Antunes, D. C., & Mesquita, N. M. (2022). Relações entre psicologia e pobreza: propostas de atuação decolonial. *Revista Polis e Psique*, 12(3), 90-110.
- Barroso, S. M. (2021). Evidences of validity of the Brief Resilience Scale for Brazil. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 53, 172-179. <https://doi.org/10.14349/rlp.2021.v53.19>
- Battilana, J. (2021). Introdução – Por uma sociedade mais democrática, mais justa e mais verde. Em I. Ferreras, J. Battilana, D. Méda, F. Máximo, A. V. Moreira Gomes, & E. R. Dias (2021), *O Manifesto do Trabalho: Democratizar, Desmercantilizar e Remediar*. Lumen Juris
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Cassarino-Perez, L., Montserrat, C., & Sarriera, J. C. (2020). Fatores protetivos e de risco na transição entre o acolhimento institucional e a vida adulta. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(1), 142-167. <https://doi-org.crai-ustadigital.usantomas.edu.co/10.12957/ep.2020.50794>
- Campos, I. D. O., Cruz, D. M. C. D., Magalhães, Y. B., & Rodrigues, D. D. S. (2021). Escolaridade, trabalho, renda e saúde mental: um estudo retrospectivo e de associação com usuários de um Centro de Atenção Psicossocial. *Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro*, 31(3), e310319. <http://doi.org/10.1590/S0103-73312021310319>
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2019). Com ensino superior, mas sem trabalho na área. *Boletim Emprego em Pauta*. <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2019/boletimEmpregoEmPauta13.html>
- Dimenstein, M., Silva, G. N., Dantas, C., Leite, J., & Macedo, J. P. (2022). Produção de conhecimento, psicologia e pensamento colonial. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 74(1). <http://doi.org/10.36482/1809-5267.ARB-2022v74.19513>
- Gomes, S. M., Meira, K. C., & Silva, M. D. F. S. (2021). Interseccionalidades na atenção à saúde da população negra. Em I. R. Barbosa, K. M., Aiquoc, & T. A. Souza (orgs.), *Raça e Saúde: múltiplos olhares sobre a saúde da população negra no Brasil* (pp. 74-88). EDUFERN. https://www.researchgate.net/profile/Isabelle-Barbosa/publication/356469290_Raca_e_saude_multiplos_olhares_sobre_a_saude_da_populacao_negra_no_Brasil/links/619ce28a61f0987720c7d27b/Raca-e-saude-multiplos-olhares-sobre-a-saude-da-populacao-negra-no-Brasil.pdf#page=74
- Hirata, H. (2018). Gênero, patriarcado, trabalho e classe. *Revista Trabalho Necessário*, 16(29), 14-27. <https://doi.org/10.22409/tn.16i29.p4552>
- Hutz, C. S. (2002). *Adaptação da escala de autoestima de Rosenberg*. Manuscrito não publicado.
- Hutz, C. S., & Zanon, C. (2011). Revisão da adaptação, validação e normatização da escala de autoestima de Rosenberg. *Revista de Avaliação Psicológica*, 10(1), 41-49.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *PNAD Contínua Trimestral: desocupação recua em oito das 27 UFs no segundo trimestre de 2023*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/37664-pnad-continua-trimestral-desocupacao-recua-em-oito-das-27-ufs-no-segundo-trimestre-de-2023>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). *Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização*.
- Lapa, T. S. (2018). Divisão sexual do trabalho sob a ordem neoliberal. *Temáticas*, 26(52), 247-284. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v26i52.11710>
- Leite, G. L., & Jesus, G. M. (2021). *Homem e masculinidade: um constructo de virilidade refletida em um mal-estar coletivo*. Anima educação. <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/18814>
- Lovibond, P. F., & Lovibond, S. H. (1995). The structure of negative emotional states: Comparison of the Depression Anxiety Stress Scales (DASS) with the Beck depression and anxiety inventories. *Behaviour Research and Therapy*, 33(3), 335-343. <https://doi.org/10.1016/j.rbp.2012.05.003>
- Magalhães, E. C. V., & Gomes, L. (2018). Desemprego e saúde mental: uma análise temática no Brasil. *Intervozes: trabalho, saúde, cultura*, 3(1) 64-87. https://www.fimpfase.edu.br/Intervozes/Content/pdf/Artigo/Artigo_04_04_03DesempregoSaudeMental.pdf
- Martins, B. G., Silva, W. R., Maroco, J., Campos, J. A. D. B. (2019). Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse: propriedades psicométricas e prevalência das afetividades. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 68(1), 32-41. <https://doi.org/10.1590/0047-208500000222>
- Machado, D., Costa, M. L. W., & Dutra, D. (2018). Outras Epistemologias para os Estudos de Gênero: feminismos, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina. *Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas*, 12(3), 229-248. <https://doi.org/10.21057/repamv12n3.2018.30554>
- Máximo, F. (2021). Trabalhadores(as) Humanos(as) são muito mais do que “recursos”. Em I. Ferreras, J. Battilana, D. Méda, F. Máximo, A. V. Moreira Gomes, & E. R. Dias (2021), *O Manifesto do Trabalho: Democratizar, Desmercantilizar e Remediar*. Lumen Juris.
- Nascimento, R. Z., Vieira, A. C. S., Bádue, G. S., Santos, D. S., Torres, B. V. S., & Silva, M. L. P. S. (2022). Depressão entre os trabalhadores desempregados no Brasil em tempos de pandemia. *Conjecturas*, 22(11), 162-172. <https://doi.org/10.53660/CONJ-1355-W18>
- Oliveira, M. C., Melo-Silva, L. L., & Taveira, M. C. (2021). Orientação de carreira para universitários e recém-graduados na transição para o trabalho. Em L. Oliveira & E. Campos, *Psicologia da Carreira: Práticas em Orientação, Desenvolvimento e Coaching de Carreira* (Vol. 2). Vetor Editora.
- Organização Mundial da Saúde. (2022). *World mental health report: transforming mental health for all*. <https://www.who.int/teams/mental-health-and-substance-use/world-mental-health-report>
- Peixoto, A. L. A., Côrtes, V. D. N. Q., & Bastos, A. V. B. (2020). Do ensino superior para o mercado de trabalho: Desafios da transição. Em *O estudante universitário brasileiro: Saúde mental, escolha profissional, adaptação à universidade e desenvolvimento de carreira*. Appris Editora.
- Pinheiro, L. R. S. (2008). *A saúde mental dos trabalhadores com ensino superior em situação de desemprego* (Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos). <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2888>
- Rosenberg, M. (1989). *Society and the adolescent self-image* (edição revisada). Wesleyan University.
- Santos, J. A., & Miranda, S. F. (2021). As marcas da interseccionalidade nas trajetórias de três acadêmicas negras. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14(1), 1-25. <http://doi.org/10.36298/gerais202114e16076>
- Santos, J. P. L., & Moreira, N. R. (2019). Articulando currículo, prática e cultura: exigências formativas que impactam a escolarização de mulheres negras no Ensino Superior brasileiro. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 233-254. <https://doi.org/10.20952/revtee.v12i31.10678>
- Sbicio, J. B., Bandeira, D. R., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Escala de Autoestima de Rosenberg (EAR): validade fatorial e consistência interna. *Psico-USF*, 15(3). <https://doi.org/10.1590/S1413-82712010000300012>
- Severo, V. S. (2021). Desmercantilizando o trabalho: garantindo o emprego protegido para todos e todas. Em I. Ferreras, J. Battilana, D. Méda, F. Máximo, A. V. Moreira Gomes, & E. R. Dias, *O Manifesto do Trabalho: Democratizar, Desmercantilizar e Remediar*. Lumen Juris.
- Silva, R. A., & Menezes, J. A. (2020). A interseccionalidade na produção científica brasileira. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(4), 1-16. http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3252

- Silva, E. R. A., & Vaz, F. M. (2022). Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Em S. P. D., Silva, C. H. L. Corseuil, & J. S. D. M. Costa (Orgs), *Impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil*. IPEA. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12216/1/218212_LV_Impactos_Cap15.pdf
- Schmidt, M. L. G., Januário, C. A. R. M., & Rotoli, L. U. M. (2018). Sofrimento psíquico e social na situação de desemprego. *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*, 21(1), 73-85. <http://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v21i1p73-85>
- Schucman, L. V., & Silva, I. R. (2022). *Branquitude*. Em Conselho Federal de Psicologia (CFP), *Psicologia brasileira na luta antirracista* (Vol. 1). CFP. <https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-brasileira-na-luta-antirracista-volume-1/>
- Smith, B. W., Dalen, J., Wiggins, K., Tooley, E., Christopher, P., & Bernard, J. (2008) The Brief Scale Assessing the Ability to Bounce Back. *International Journal of Behavioral Medicine*, 15(1), 194-200. <https://doi.org/10.1080/10705500802222972>
- Vignola, R. C., & Tucci, A. M. (2014). Adaptation and validation of the Depression, Anxiety and Stress Scale (DASS) to Brazilian portuguese. *Journal of Affective Disorders*, 155, 104-109. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2013.10.031>

Informações sobre as autoras:

Bruna Elaine Araújo da Silva

E-mail: bruna.elaine48@gmail.com

Marina Cardoso de Oliveira

E-mail: mco.uftm@gmail.com